

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Gabinete do Conselheiro Substituto ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA

PROCESSO: 00943/2024 - TCE/RO
SUBCATEGORIA: Aposentadoria
ASSUNTO: Aposentadoria voluntária por idade e tempo contribuição
JURISDICIONADO: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Guajará Mirim – Ipreguam
INTERESSADO (A): Cleunilce Serrate Dias
CPF n. ***.167.182-**
RESPONSÁVEL: Alcimar Gonçalves da Costa – Diretor Executivo do Ipreguam
CPF n. ***.217.022-**
RELATOR: Conselheiro Substituto **Omar Pires Dias**, em substituição regimental ao Conselheiro Substituto **Erivan Oliveira da Silva**.
SESSÃO: 10ª Sessão Virtual da 2ª Câmara, de 15 a 19 de julho de 2024

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. LEGALIDADE. REGISTRO. ARQUIVAMENTO.

1. Trata-se de apreciação, para fins de registro, do ato concessório de aposentadoria, com proventos integrais, fundamentado no art. 6º da EC n. 41/03, calculados com base na última remuneração, paridade e extensão de vantagens.
2. A aplicação de redutor de tempo laborado para professor exige, para sua concessão, a comprovação de tempo mínimo exclusivamente na função de magistério. (STF, Plenário, ADI n. 3772/DF).

RELATÓRIO

1. Trata-se de apreciação, para fins de registro, do ato de concessão de aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição (com redutor de magistério) com proventos integrais, calculados com base na remuneração do cargo em que se deu a aposentadoria, com paridade extensão de vantagens, em favor de Cleunilce Serrate Dias, CPF n. ***.167.182-**, ocupante do cargo de Professora, classe A, matrícula n. 340-1, com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do município de Guajará Mirim /RO.

2. A concessão do benefício foi materializada por meio da Portaria n. 25/IPREGUAM/2021, de 1.6.2021, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia n. 2977, de 01.06.2021 (ID 1552985), com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional n. 41/03, EC n. 40/2003, art. 6º, incisos I, II e III, c/c o art. 16º e incisos I, II e III, art. 18º e art. 19º da Lei Municipal n. 1.555/2012, art. 40, § 1º, inciso III, § 5º da CF/88.

3. A Coordenadoria Especializada em Atos de Pessoal, em análise exordial (ID 1567597), e o Ministério Público de Contas, mediante Parecer n. 0086-2024-GPETV (ID 1587763), de lavra do Procurador Ernesto Tavares Victoria, concluíram que a servidora atendeu aos requisitos legais para aposentar-se por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais e paritários, nos termos em que o ato concessório foi fundamentado, estando, portanto, o ato apto para registro, nos termos do artigo 49, alínea “b”, inciso III, da Constituição do Estado de Rondônia, c/c artigo. 37, inciso II, da Lei Complementar n. 154/96 e artigo 54, inciso II, do Regimento Interno da Corte de Contas.

4. Eis o essencial a relatar.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Gabinete do Conselheiro Substituto ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA

PROPOSTA DE DECISÃO

CONSELHEIRO SUBSTITUTO OMAR PIRES DIAS

5. Trata-se de apreciação, para fins de registro, do ato de concessão de aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição (com redutor de magistério) em favor da servidora, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional n. 41/03, EC n. 40/2003, art. 6º, incisos I, II e III, c/c o art. 16º e incisos I, II e III, art. 18º e art. 19º da Lei Municipal n. 1.555/2012, art. 40, § 1º, inciso III, § 5º da CF/88, com proventos integrais e paritários, calculados com base na última remuneração do cargo em que se deu a aposentadoria.

6. A documentação constante dos autos demonstra que os requisitos exigidos no artigo 6º da Emenda Constitucional n. 41/2003 foram observados na data do ato, quais sejam: idade mínima de 50 anos, tempo mínimo de 25 anos de tempo de contribuição. Tendo os requisitos de idade e tempo de contribuição reduzidos em 5 anos, em razão do tempo exclusivo de efetivo exercício nas funções de magistério de que trata o §5º do artigo 40 da Constituição Federal/1988. Ademais, verificam-se também cumpridos os demais requisitos, a saber: 20 anos de efetivo exercício no serviço público, 10 anos de carreira e 5 anos no cargo em que se deu a inativação, conforme Certidão de Tempo de Contribuição (ID 1552986) e relatórios do sistema Sicap Web (ID 1563170) acostados aos autos.

7. Desse modo, considero legal a aposentadoria da interessada Cleunilce Serrate Dias, cujos cálculos dos proventos foram realizados de acordo com o ordenamento jurídico constitucional em vigor à época da concessão, conforme se pode comprovar por meio da Planilha de Proventos (ID 1552988).

DISPOSITIVO

8. Por todo o exposto, em consonância ao posicionamento do Corpo Técnico e do Ministério Público de Contas, proponho ao Colendo Colegiado a seguinte **Proposta de Decisão**:

I – Considerar legal a Portaria n. 25/IPREGUAM/2021, de 1.6.2021, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia n. 2977, de 01.06.2021, referente à aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição (com redutor de magistério), com proventos integrais e paritários, calculados com base na última remuneração do cargo em que se deu a aposentadoria, em favor de Cleunilce Serrate Dias, CPF n. ***.167.182-**, ocupante do cargo de Professora, classe A, matrícula n. 340-1, ao quadro de pessoal do município de Guajará Mirim /RO, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional n. 41/03,c/c o art. 16º e incisos I, II e III, art. 18º e art. 19º da Lei Municipal nº 1.555/2012, art. 40, § 1º, inciso III, § 5º da CF/88;

II – Determinar o registro do ato, nos termos do artigo 49, inciso III, alínea **b**, da Constituição Estadual, artigo 37, inciso II, da Lei Complementar n. 154/96, e artigo 56 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

III – Dar conhecimento, nos termos da lei, ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Guajará Mirim - Ipreguam que, em função da necessidade de maior celeridade no procedimento adotado para a efetivação do registro dessas concessões nesta Corte, os proventos serão analisados em auditorias e inspeções a serem realizadas na folha de pagamento dos inativos e pensionistas;

III – Dar ciência, nos termos da lei, ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Guajará Mirim - Ipreguam, ficando registrado que a Proposta de Decisão, em seu inteiro teor, encontra-se disponível no sítio eletrônico deste Tribunal de Contas (www.tcer0.tc.br);



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Gabinete do Conselheiro Substituto ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA

IV – Dar conhecimento ao Ministério Público de Contas, por meio eletrônico, nos termos do §10º do art. 30 do RI/TCE-RO;

VI - Arquivar os autos, após o cumprimento das formalidades legais e regimentais queo caso requer para o controle no acervo desta Corte de Contas.

10ª Sessão Virtual da 2ª Câmara, de 15 a 19 de julho de 2024.

OMAR PIRES DIAS

Conselheiro Substituto

Relator em Substituição Regimental